

REFLEXOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

THE IMPACT OF THE PROCESS OF GLOBALIZATION ON PROFESSIONAL TRAINING

Maria da Conceição Calmon Arruda¹

Resumo

Analisa os efeitos do processo de globalização da economia e da produção no mundo do trabalho e na capacitação dos profissionais de informação.

Palavras-chave

GLOBALIZAÇÃO
ALDEIA GLOBAL
REVOLUÇÃO INFORMACIONAL
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Às portas do terceiro milênio, a área de informação latino-americana vive um momento único, ao vislumbrar no desenvolvimento tecnológico a possibilidade de interatividade com o acervo informacional mundial.

Se a invenção da imprensa foi revolucionária ao viabilizar uma maior disseminação de conceitos e idéias, a era virtual é transgressora, na medida em que redefine o conceito de acesso à informação. O cenário atual é marcado por mudanças constantes, com uma intensa utilização da ciência, da técnica e da informação no cotidiano das pessoas, nos lugares. A tecnologia aproxima os países, permitindo o acompanhamento global de informações e acontecimentos, assim como a internacionalização das atividades culturais.

Contudo, são os países e as organizações com tradição em pesquisa e desenvolvimento que detêm os instrumentos necessários para a compressão do tempo e espaço, num processo de unificação que permite o monitoramento do mundo e a globalização dos lugares.

O objetivo desse trabalho é identificar os efeitos do processo de globalização da economia na capacitação profissional, a partir da análise: (1) do processo de globalização e o Estado-Nação, (2) da revolução informacional, (3) da aldeia global e (4) das mudanças na capacitação profissional.

¹ Mestranda em Ciência da Informação, convênio CNPq/UFRJ. Bibliotecária da Procuradoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. E-mail: marruda@cmrj1.cmrj.gov.br ou marruda@omega.lncc.br

1 PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO NAÇÃO

Para a maioria dos autores, a globalização da economia não é um produto de nosso tempo, mas uma nova etapa na internacionalização dos mercados, que tem sua gênese nas grandes navegações, quando as nações se lançaram ao mar em busca de novos mercados. Entretanto, a percepção de como esse processo se instala nas diversas regiões e suas conseqüências geram conflito entre os estudiosos.

Enquanto para alguns autores o processo de globalização em curso estimula a competitividade internacional, garantindo aos consumidores produtos e serviços de qualidade, além de intensificar as relações comerciais, científicas, culturais etc., possibilitando aos países periféricos a interatividade em tempo real com os países centrais; para outros (CHESNAIS, 1997), estaríamos diante de um novo processo de acumulação que privilegia a internacionalização do capital financeiro em detrimento do capital produtivo. E que, diferentemente do fordismo, não visa à integração social, na medida em que não consegue assegurar o pleno emprego, a manutenção dos benefícios do Estado Providência, muito menos as conquistas trabalhistas². Sob esta ótica, a globalização seria um processo sem arcabouço conceptual, fragmentado, calcado em interesses particulares, usado como estratégia na planetarização dos países periféricos pelos países da Tríade³ (LONGO, 1996).

Paralelamente ao discurso de queda de barreiras comerciais e tarifárias, integração e compartilhamento global, disseminação de informações, liberação das fronteiras são exigidos padrões de qualidade que os países periféricos ainda não alcançaram, obrigando-os a se adequarem a normas e modelos externos: leis de proteção e preservação ambiental e da natureza, medidas fitossanitárias, padrões ecológicos etc.

São barreiras invisíveis que trazem embutidas um imaginário de progresso, de qualidade de vida com o qual os países periféricos, muitas vezes, não têm condições de competir. Quanto ao compartilhamento, integração e disseminação de informações, estudos indicam uma concentração dos resultados de *pesquisa e desenvolvimento* (P&D) nos países da Tríade (LASTRES, 1997).

A necessidade das regiões em se adaptarem à dinâmica da globalização fez com que essas adotassem normas e regras ditadas pelo mercado e por organismos internacionais, a fim de criarem condições ideais para atração de investimento externo. Os processos de circulação e distribuição deixam de ser locais e passam a ser subordinados/integrados à economia mundial, criando uma interdependência entre os lugares. Esse redimensionamento não acontece de forma uniforme, mas num processo de centralização, em que alguns espaços são privilegiados em detrimento de outros (SANTOS, 1997)

² “Estamos portanto diante de um retorno ao imperialismo clássico, bem como de um reforços de seus traços fundamentais... As transformações do regime de acumulação não tem nada irreal. O discurso sobre a “mundialização” dos benefícios” é a cobertura ideológica que busca mascarar os fundamentos do regime de acumulação financeira-rentista, bem como seu pobre desempenho em termos de desenvolvimento...” (Chesnais, 1997, s. p.).

³ Estados Unidos, Japão e alguns países da Europa Ocidental

No que diz respeito ao fim do Estado-Nação, que sucumbiria à dinâmica da globalização, tendo no mercado gestor mais adequado e competente mediante aos déficits crescentes apresentados pelos Estados, a análise de Oliveira (1988) sobre a crise do Estado Providência é providencial e elucidativa. Segundo o autor, o que está em crise é o padrão de endividamento do Estado-Nação, já que a internacionalização das empresas/capital fez com o investimento realizado pelo Estado Providência na formação da força de trabalho não encontrasse retorno na forma de arrecadação fiscal. Como essas empresas não pagam impostos para o país de origem, rompe-se o ciclo perfeito keynesiano, tendo como resultante uma crise fiscal e o conseqüente déficit público. A crise do Estado Providência levou à crise fiscal do Estado, que se mostra incapaz de manter os mesmos níveis de financiamento social e de reprodução do capital sem se endividar.

Para Fiori (1997), como os governos latino-americanos não conseguiram propor uma alternativa ao projeto de globalização liberal, a questão que se coloca é de que forma vamos nos inserir nesse processo, a que custo social, uma vez que a associação da idéia de progresso ao processo de expansão capitalista se mostra falaciosa, pois as conquistas materiais não se transmutaram numa melhora das condições sócioeconômicas da população, mas sim em um aumento da concentração e centralização de riquezas, num processo que escapa ao controle dos países periféricos, que ficam a mercê do fluxo de capitais especulativos privados, os quais são atraídos mediante a garantia de condições estáveis de governabilidade, flexibilização das leis trabalhistas, privatização, abertura de mercado etc.⁴

2 ALDEIA GLOBAL

Os avanços técnicos, principalmente na área de comunicação e informática permitiram a configuração da metáfora da aldeia global, da celebração da união do globo mediatizada pela mídia audiovisual, onde todos desfrutariam dos benefícios decorrentes do desenvolvimento tecnológico.

Os meios de comunicação reforçam essa ilusão ao brindarem as audiências mundiais com fatos e imagens quase instantâneos dos principais acontecimentos mundiais, na maioria das vezes apresentados desvinculados de suas materialidades. Que a comunicação tem um papel de destaque no atual estágio da sociedade contemporânea é indiscutível. Entretanto, a compreensão da realidade, sua decodificação e entendimento dependem de uma contextualização histórica. A metáfora da aldeia global tece um imaginário que ignora as diferenças nacionais, regionais etc., calcando-se em imagens e signos, e não em conceitos: “...dá a impressão de que tudo é presente presentificado, lugar sem raiz, fato sem história nem memória” (IANNI, 1997, p.103).

A maximização dos meios de comunicação e informação não teve como contrapartida a

⁴ “...descontados os investimentos financeiros ou ‘especulativos’, em 1995 restaram 315 bilhões de dólares para investimentos diretos. Mas, destes, mais ou menos 70% dirigiram-se aos próprios países da Triade, e, dos cem bilhões restantes, 30% foram para a China, e, bem mais abaixo, 7% foram para o México, 4,9% para o Brasil e só 3,9% para a Argentina. Deste total, por outro lado, há que se lembrar, 229 bilhões foram destinados exclusivamente a fusões e incorporações sem implicar aumento de capacidade produtiva e produzindo, quase invariavelmente, diminuição dos postos de trabalho.” (Fiori, 1997, p.219-220).

descentralização da seleção e distribuição de notícias, que se encontram a cargo de umas poucas agências de notícias sediadas nos países centrais⁵, estando sua disseminação e acesso sujeitos a interesses hegemônicos, e não à capacidade técnica de transmissão e recepção.

Em discurso proferido na Conferência da *International Telecommunication Union*, de 1994, em Buenos Aires, o vice-presidente americano Al Gore exortou a união dos participantes em torno da construção da *Infra-estrutura Global de Informações* (GII), cuja concretização levaria a uma interconexão global e à melhoria das condições econômicas dos países: “Algumas pessoas creditam a desatualização do sistema de telecomunicações ao subdesenvolvimento econômico. Eu acredito no inverso. Um setor de telecomunicações primitivo é que causa um fraco desenvolvimento econômico.” (GORE, 1994, p.7). Sob essa ótica o desenvolvimento estaria condicionado a uma infra-estrutura física de telecomunicações e não a capacidade interna dos países em pesquisa e desenvolvimento.

O discurso de Al Gore é permeado por duas linhas básicas. A primeira defende a privatização do setor de telecomunicações e sua auto-regulamentação a partir do incremento à competitividade, o que levaria as empresas de telecomunicações latino-americanas a um processo de melhoria contínua e a uma redução dos custos de telefonia para o usuário final, tal qual ocorreu nos *Estados Unidos da América do Norte* (EUA). A segunda acena com a possibilidade de disponibilização social das tecnologias de comunicação e informação através de serviços públicos, saúde e educação.

Para Schiller (1995), as promessas de benefícios sociais da GII dificilmente se concretizarão, pois ao delegar sua implementação e financiamento a capitais particulares, capacitam-se as organizações transnacionais como seus principais usuários, o que pode resultar em um mercado global regulado pelo lucro e pela conveniência de seus implementadores⁶.

Ao propor a biblioteca digital global, a partir da interligação de todas as bibliotecas do planeta, Gore (1994) não explicita em que língua(s) seria essa conexão, nem leva em conta as diferenças sócioeconômicas e culturais dos países, uma vez que se o ambiente informacional é uma realidade nos EUA, em alguns países periféricos não chega sequer a ser uma abstração.

É importante refletir de que forma a América Latina, que se debate para aumentar a escolaridade média de sua população, que luta para a erradicação de doenças infecto-contagiosas, onde a relação de telefones por habitantes está longe da ideal, para não falar no custo de conexão, poderia interagir como sujeito na construção e operacionalização da GII proposta por Gore (1994).

⁵“A very small number of countries are responsible for transmitting most of the information received worldwide. On a daily basis the United Press International (UPI) and Associated Press (AP) in the United States, TASS in USSR, Reuters News Service in Great Britain, and Agence France-Presse (AFP) in France, collect, process and disseminate millions of pieces of informations to large and small countries.” (Janelle, 1991, p.60).

⁶ “These ‘information users’ are none other than transnational corporations. They constitute the driving force for the creation of a global marketplace, for a deregulated world arena, and for global production sites selected for profitability and convenience – which are also the central considerations behind the National Information Infrastructure (NII) and the GII.” (Schiller, 1995, p.20).

3 REVOLUÇÃO INFORMACIONAL

A intensificação da competição entre as organizações levou à necessidade de rápida incorporação das inovações tecnológicas à produção. Com o desenvolvimento tecnológico, a indústria passa a se organizar sobre uma nova base técnica, microeletroeletrônica, em substituição à eletromecânica que permeou o fordismo. A informação passa a ser a força motora do novo modelo econômico, em substituição à energia. Essa mudança levou alguns autores, num paralelo com a revolução industrial, a denominarem o momento atual de revolução informacional, num reconhecimento tácito de que os detentores dos mecanismos de gestão e monitoramento da informação levam vantagem comparativa frente a seus concorrentes, sejam estes países, organizações ou indivíduos (FERRETI, 1996; LASTRES, 1997).

Contudo diferentemente da revolução industrial, quando se culpou as máquinas pelos problemas e reacomodações sócioeconômicos e culturais resultantes de seu emprego e utilização, percebe-se, hoje, que a relação de inclusão/exclusão ao novo modelo econômico não é um subproduto das máquinas, mas sim das relações políticas e econômicas que determinam sua utilização e do processo de hierarquização e exclusão que se desencadeia (SANTOS, 1997).

O centro de interesse do novo modelo econômico são os dados de monitoramento dos mercados globais, os quais vão consubstanciar a tomada de decisão dos gestores das organizações e do capital financeiro. O espaço global é cortado por vários fluxos de informação, cujos graus de importância e qualidade oscilam de acordo com diversos fatores. Mas o gerenciamento e distribuição desses fluxos encontram-se subordinados a interesses hegemônicos e à posição hierárquica de seus atores:

Nesse sentido o espaço global seria formado de redes desiguais...O todo constituiria o espaço banal, isto é, o espaço de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações - numa palavra, o espaço geográfico. Mas só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios. (SANTOS, 1997, p.53).

Trata-se de uma informação específica e especializada, que tem como característica principal a atualização constante, podendo provocar entropia naqueles que não possuem os requisitos cognitivos e informacionais necessários para sua decodificação. Sem a compreensão do meio técnico-científico e informacional⁷ e das relações que o concebe e determina, dificilmente poderemos atuar como sujeito no processo que se instala (SANTOS, 1997).

4 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Muito se tem debatido sobre as novas capacitações necessárias aos profissionais da informação para atuarem no novo entorno informacional. Entre os quesitos levantados para

⁷ "...meio-técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnica." (Santos, 1997, p.139).

conformação do perfil profissional ideal destacam-se: a educação continuada, a sensibilidade às necessidades do usuário, e um conjunto de capacitações informais, como flexibilidade a mudanças e a tarefas, adaptabilidade, capacidade de trabalhar em grupo etc. As capacitações informais requeridas estão relacionadas com as demandas do novo modelo econômico, à dinâmica da organização flexível, que necessita de um trabalhador multifuncional, capaz de operacionalizar, incorporar e efetivar mudanças. Com a intensificação da competitividade e a mudança da base técnica necessita-se de uma racionalização organizacional que agilize a incorporação de inovações e a redução dos custos de produção. Surgem novos modelos organizacionais em contraposição ao modelo taylorista-fordista.

O modelo de produção flexível, que tem sua origem no modelo japonês, toyotismo, desponta como o novo padrão organizacional para a indústria, apesar deste modelo já estar sendo questionado em seu país de origem e da existência de outros modelos organizacionais de sucesso (FERRETI, 1996).

O modelo flexível tem como característica a eliminação dos estoques na produção, multifuncionalidade dos trabalhadores, flexibilização da produção, terceirização, parceria com fornecedores etc. Dentro da organização flexível convivem empregados centrais, empregados flexíveis, temporários, periféricos; estes últimos excluídos do arcabouço de segurança que envolve os primeiros.

O novo modelo, calcado na flexibilização da produção, privilegia qualificações cognitivas em detrimento das qualificações manuais, mecânicas do fordismo, requerendo dos trabalhadores capacidade de efetuar mudanças e de se adaptar às mudanças decorrentes do avanço tecnológico. Valoriza-se o aprender a aprender em detrimento do aprender a fazer. Neste contexto, a mudança da base técnica provocou uma desabilitação da força de trabalho.

No que diz respeito ao surgimento de novas ocupações, Assis (1996) coloca que não há uma ruptura entre as ocupações dimensionadas sobre uma nova base técnica e as ocupações convencionais, o que existe é uma qualificação adicional que pode ser construída a partir de um conhecimento já sedimentado, que passa a se constituir como o ponto de partida da “nova” qualificação. Segundo a autora, a criação de uma nova ocupação implica que a incorporação de inovações tecnológicas na rotina do trabalho gerou mudanças tão intensas no conteúdo deste que as qualificações anteriores se tornam ultrapassadas. (ASSIS, 1996).

Para alguns estudiosos (FERRETI, 1996; FORRESTER, 1997), a panacéia que envolve as novas qualificações transfere para o trabalhador o ônus do desemprego (por não ter se qualificado adequadamente para o mercado de trabalho), e não questiona a incapacidade do novo modelo econômico em absorver a totalidade dos trabalhadores. A análise de Forrester (1997) é que o conflito capital X trabalho se deslocou, já que o capital prescinde cada vez mais do trabalho para realizar lucro, condenando a maioria dos trabalhadores a uma busca incessante por algo que já não existe⁸.

⁸ "o 'trabalho a hora zero' (zero hour working), praticado na Grã-Bretanha. Os empregados só são remunerados quando trabalham. Normal. Sim. Mas ... eles só são empregados de vez em quando e, nos intervalos, devem imperativamente esperar em casa, disponíveis

As novas capacitações requeridas dos profissionais da informação são um reflexo da reorganização do mundo do trabalho, que requer maior ação cognoscente dos trabalhadores. Contudo, a qualidade dessa ação vai depender da capacidade desses profissionais em incorporar e decodificarem as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, atuando pró-ativamente sobre elas.

Para Ana Maria Prat Trabal, os profissionais da informação latino-americanos não estão atuando como atores no processo informacional. Ao contrário, adotam uma atitude passiva frente ao caleidoscópio informacional, colocando-se como receptores, não contribuindo para a disponibilização em meio digital de informações que reforcem a cultura e a identidade latino-americanas. Prat Trabal (1997) ressalta ainda que se não disponibilizarmos na Internet as informações de nosso interesse, os países do Norte não o farão por nós.

Mesmo na Grã-Bretanha, onde a informatização de acervos e o acesso on-line não são uma novidade e o próprio conceito de biblioteca eletrônica já vem amadurecendo há mais de 20 anos, o nível de envolvimento das escolas de biblioteconomia e ciência da informação com os estudos e pesquisas sobre a conformação da sociedade da informação não refletem este pioneirismo. As pesquisas sobre bibliotecas eletrônicas estão sendo custeadas sem a participação das escolas de biblioteconomia e ciência da informação britânicas, que correm o risco de formar profissionais dissociados do futuro (JOHNSON, 1997).

Se explicitar as novas capacitações para o novo modelo é importante, também o é sua contextualização, permitindo que os profissionais da informação tenham uma visão holística do momento atual e não se sintam marginalizados, inadequados para atuar profissionalmente.

5 CONCLUSÃO

O imaginário em torno das novas tecnologias de comunicação e informação acena com um mundo mágico e integrador, onde os problemas seriam se não resolvidos, ao menos minimizados pela técnica. Contudo esse imaginário não encontra sua contrapartida real na maioria dos países latino-americanos, que carecem de recursos humanos, financeiros e tecnológicos que lhes possibilitem usufruir plenamente do novo entorno técnico-informacional.

O que leva a área de informação latino-americana a uma situação paradoxal, pois enquanto um grupo celebra e desfruta das novas tecnologias de informação e comunicação, com bibliotecas e centros de informação informatizados, conectados a redes de informações, disponibilizando a seus usuários serviços eficientes e personalizados; o outro luta contra a falta de recursos humanos e financeiros. Muitas unidades de informação convivem com bases de dados *on-line*, Internet, CD-ROM, sem terem seus acervos registrados e catalogados em sua totalidade.

e não remunerados, até serem chamados pelo empregador quanto este julgar conveniente, pelo tempo que considerar desejável! O empregado deverá então apressar-se para retomar a tarefa por um tempo limitado. " (Forrester, 1997, p.120)

Falar em globalização da informação sem levar em consideração as diferenças sócioeconômicas e culturais da região pode levar a um processo de exclusão, na medida em que a integração ao cenário informacional não demanda somente uma infra-estrutura física, mas um conjunto de fatores que otimizem sua utilização e possibilitem a integração social.

Para que isto se concretize, é necessário organizar-se de forma a usufruir positivamente das novas tecnologias de informação, atuando pró-ativamente no novo cenário informacional, evitando o encantamento tecnológico, e estabelecendo políticas claras de informação que privilegiem a sociedade como um todo.

Abstract

This paper analyses the effects of the process of globalization of the economy and production on the world of work and the training of information professionals.

Keywords

*GLOBALIZATION
GLOBAL VILLAGE
INFORMATION REVOLUTION
PROFESSIONAL TRAINING
INFORMATION PROFESSIONAL*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Libraries, new technologies and human resources: the challenge to the 21st century. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 63., 1997, Copenhagen. *Booklet 0...* Copenhagen: IFLA, 1997. 96p. p.39-47.

_____. Revolução informacional, globalização e as mudanças na capacitação profissional. *Informare*, Rio de Janeiro, v.2, n.1-2, p. - , 1997.

ASSIS, Marisa de. A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETTI, C. F. *et al.* *Novas tecnologias, trabalho e educação*; um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1996. 220p. p.189-217.

BELLUZZO, Regina C. B. Capacitación de recursos humanos del Sistema Integrado de Bibliotecas de la Universidad de San Pablo (Brasil). In: INFO'97, 1997, Havana. *Anais...* Havana, 1997.

BRASIL, Sérgio de Souza. A internacionalização na produção das informações. In: MORAES, Dênis de. (Org.) *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997. p. 235-262.

CHESNAIS, F. Globalização . *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 nov. 1997. Caderno Especial.

FERRETTI, C. F. *et al.* *Novas tecnologias, trabalho e educação; um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1996. 220p. p.54-76.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997. 239p.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. 154p.

FREEMAN, Chris. *Information highways and social change*. Ottawa: IDRC, 1995. 22p.

FREEMAN, Chris, SOETE, Luc. *Work for all or mass unemployment?: computerised technical change into the 21st century*. London: Pinter, 1994. p.39-66.

GORE, Al. *Building the global information infrastructure; speech*. Buenos Aires: ITU, 1994. 9f. [http:// www.whitehouse.gov/WH/EOP/OVP/.html/teleunion.html](http://www.whitehouse.gov/WH/EOP/OVP/.html/teleunion.html)

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. p.257-275.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 225p.

JANELLE, Donald G. Global interdependence and its consequences. In: BRUNN, S.D.,

LEINBACH, T.R. *Collapsing space and time: geographic aspects of communications and information*. London: Harper Collins Academic, 1991. p.49-81.

JOHNSON, I.M. The development of education and research for the electronic library; opportunities and challenges. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 63., 1997, Copenhagen. *Booklet*. Copenhagen: IFLA, 1997. 7f.

LASTRES, Helena Maria Martins. *Globalização e o papel das políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Projeto Novas Políticas de Competitividade*. Brasília: CEPAL/IPEA, 1997. 44f.

LASTRES, Helena Maria Martins, AUN, Marta Pinheiro. Os novos requerimentos impostos às políticas nacionais de informação face à globalização e à conformação da sociedade de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luiz. *Anais...* São Luiz, 1997. 12f.

LONGO, Wladimir Pirró e. *Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: evolução após a 2^a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1996. 41p.

MONCADA HERNÁNDEZ, Sandra G., ORTEGA CARRASCO, Laura. Los requerimientos educativos para la actualización del profesional moderno de la información. In: INFO'97, 1997, Havana. *Anais...* Havana, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor; capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, p.8-28, out. 1988.

PAIVA, Vanilda. *Produção e qualificação para o trabalho*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

PRAT TRABAL, Ana Maria. Os cenários da biblioteconomia em face da globalização da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luiz. *Anais...* São Luiz, 1997. (Palestra).

ROMELIA OÑATE, Lucrecia. Papel del documentalista en la formación profesional del trabajador social. In: INFO'97, 1997, Havana. *Anais....* Havana, 1997.

SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. 190p.

SCHILLER, Herbert I. The global information highway: project for un governable world. In: BROOK, J., BOAL, I. A. *Resisting the virtual life: the culture and politics of information*. San Francisco: City Lights, 1995. 278p. p.17-33.